

HAUSCENTER S.A.

CNPJ nº 56.444.250/0001-75 - (Companhia Aberta)  
Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2021 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Senhores Acionistas:** A Administração da HAUSCENTER S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação dos Senhores Acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa, bem como ao parecer dos auditores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Aspectos Operacionais:** No exercício de 2022 o empreendimento WTC-SP (onde Hauscenter é uma de suas condôminios), conseguiu superar as dificuldades impostas durante a pandemia COVID-19. Houve franca retomada das atividades econômicas das cinco unidades de negócio do empreendimento, confirmando a expectativa de melhoria no resultado operacional no primeiro semestre de 2023. Por ora, os impactos econômicos negativos decorrentes da pandemia da COVID-19 estão mitigados, o aumento da taxa Selic e a inflação acumulada gerou um cenário de indefinição que afetou a performance operacional. A necessidade de melhorias necessárias decorrentes da falta de manutenção preventiva ao longo da vida do empreendimento, conforme orçamento aprovado, reduziu a distribuição de lucros aos proprietários o que inevitavelmente afetou o desempenho da companhia. **Cenário Econômico para 2023:** A redução de risco calculado de recessão na Europa e China, mostrando uma dinâmica de crescimento ligeiramente mais forte, depois do fim das medidas de restrição ao COVID, somada a melhora recente das perspectivas do ambiente internacional, não devem somente afetar, serem suficientes para uma retomada global da economia em 2023. Ainda que isso venha acontecer, deve-se ter em propósitos bastante tímidos. Perceções contínuas que correntes maiores parciais para os Bancos Centrais e a inflação, em especial, no Brasil, o planoeta, consigam controlar mais facilmente a inflação de seus países, com esforços adicionais relacionados a política monetária, quesitos esses para se pensar na redução de juros não somente no exterior quanto no Brasil. A propósito, nosso País vive uma situação de muita instabilidade causada pelo visé político, onde além da ausência de um plano econômico do novo governo, fortemente inclinado aos gastos, não consegue sequer estabelecer um nôm minimamente claro de como será economia de curto e médio prazos. Enquanto isso, não somente o Banco Central não consegue antever uma política mínima de redução de juros, quanto afasta de forma significativa os investimentos estrangeiros no País. Os reflexos da política monetária contracionista da atividade econômica, explica a previsão de redução da atividade econômica em 2023. **Mercado de Escritórios Corporativos:** O mercado de escritórios de alto padrão do São Paulo Center 2022 com o melhor desempenho desde o início da pandemia de COVID-19. De acordo com a pesquisa First Look ULI ([www.uli.com.br](http://www.uli.com.br)), a taxa de vacância na cidade foi 1,3% menor que em 2021, com absorções líquidas e bruta superando o cenário negativo dos dois anos anteriores. A projeção é que esse cenário se estenda para 2023, com crescimento dessa absorção líquida e manutenção da tendência de queda da taxa de vacância. Estão previstos 431.000m² de novo estoque para serem entregues no próximo biênio, sendo 52% ainda este ano. A Farib Lima segue em destaque a taxa de vacância da região é de 4%. Com previsão de novo estoque de somente 13.500m², a demanda deve transbordar para áreas adjacentes. A administração da Hauscenter, está convicida que, após um longo período turbulento, o mercado começa a se mostrar bem mais equilibrado e com perspectivas agora bastante favoráveis. **Sector de Eventos Corporativos:** Gerando empregos e renda para milhares de pessoas, o mercado de eventos parou por ser fortalecido após um momento de grandes dificuldades e, a retomada já é uma realidade. Depois de uma intensa crise, por conta do isolamento social em função da Covid-19, o setor apresenta estar em franca recuperação, já que o mundo voltou a sua normalidade em 2022. O fim do distanciamento também representou um período de crescimento para negócios que dependiam da volta do público. Segundo um levantamento feito pela Associação Brasileira de Promotores de Eventos (Abrape), em 2022 o setor gerou R\$ 4,6 bilhões apenas em impostos federais. **Execução Fiscal:** Como é de conhecimento público, desde o Fato Relevante publicado em 10.11.21, no DOE-SP e Diário de Notícias - SP, a Hauscenter distribuiu a ação anulatória 5025628-79/2021.4.03.6100, em face da União, para constituir a exigibilidade fiscal no valor de R\$ 20.341.204,91, a título de restituição de impostos federais. O processo de execução fiscal foi suscitado em 2022, com a finalidade de garantir a liquidação da dívida. Em 13 de março de 2023, a União, em trâmite perante a 13a. Vara de Execução Fiscal Federal da Subseção Judiciária de São Paulo, onde foram penhoradas as quotas de propriedade da Companhia para garantir o Juízo. No momento o processo encontra-se em fase de impugnação do valor da avaliação dada pelo Oficial de Justiça. Há pedido de penhora do faturamento bruto, receita dos alugueiros, o que poderia afetar o base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia

Balancos patrimoniais			
	31.12.2022	31.12.2021	
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>1.875</b>	<b>3.678</b>	
Disponibilidades – Nota 4	0	250	Fornecedores
Bancos e Movimento	0	250	Salários a Pagar
Aplicações Financeiras	77	2.858	Impostos a Pagar
Outras Contas a Receber	1.798	570	Imposto de Renda/Cont Social
<b>Non Circulante</b>	<b>933</b>	<b>1.066</b>	<b>Non Circulante</b>
Realizável a Longo Prazo	453	449	Debitivos – Nota 6
Depósitos Judiciais	226	226	Rem.Deb.Dep.Judic.
Outras Contas	217	217	Imposto de Renda/Cont Social
Imobilizado – Nota 5	479	616	<b>Patrimônio Líquido</b>
Imobilizações Técnicas	10.559	10.559	Capital Social – Nota 7
(+) Deprec. Acumulada	(10.080)	(9.943)	Prejuízos acumulados
Intangível	1	1	
Direitos de Uso	0	0	
Total do Ativo	<b>2.808</b>	<b>4.744</b>	

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis**

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem como objetivo social o exercício e a participação como co-proprietária do empreendimento denominado “World Trade Center de São Paulo”, e o cumprimento de todas as obrigações assumidas por força de instrumentos públicos e particulares que tiverem por objeto o desenvolvimento, a construção e a implementação do referido empreendimento. **2. Apresentação das informações contábeis:** (a) **Base de preparação:** As informações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Aprovação das informações contábeis:** A apresentação das informações contábeis foi aprovada e autorizada em nome do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2023. (b) **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. (c) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demais informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. (d) **Estimativas e premissas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a administração da Companhia use julgamentos na elaboração e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de revisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revera as estimativas e as premissas pelo menos a cada trimestre. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados neste exercício, os mesmos que os adotados quando da elaboração das informações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nessas informações contábeis. A seguir, demonstramos as principais práticas contábeis: (a) **Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. (b) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (c) **Imobilizado – Imóveis de Renda:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de melhorias e melhorias. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa que leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens. (d) **Direitos e obrigações:** Atualizados pelos encargos financeiros nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. (e) **Debêntures:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (f) **Mudanças em políticas contábeis:** (1) **Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais são adotadas a partir de 1º de janeiro de 2021. A Empresa não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Normas e emenda a normas	Descrição da norma	Aplicações obrigatórias com início ou após
IFRS 17	Contratos de seguro	01 de janeiro de 2021
IFRS 03	Business Combinations	01 de janeiro de 2021
CPC 26 e IAS 08	Definição de omissão material	01 de janeiro de 2021
A Empresa encontra-se em fase inicial de análise de adoção dessas normas, alterações e interpretações, haja vista que, para o momento, não há estimativa de impacto. (f2) <b>Pronunciamentos novos para o exercício de 2021:</b> A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os aspectos relevantes das normas internacionais de reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor; e • Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável. caso em que a taxa de emprestimo incremental da Empresa no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis são medidos pelo valor presente da mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nessas casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. A Administração da Empresa avaliou os impactos da adoção do CPC 06R2 (IFRS 16) em suas operações e não identificou impactos significativos. <b>4. Caixa e equivalentes de caixa:</b> Abrange numerário em espécie e contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata.		
Bancos e Movimento		
Aplicações Financeiras	77	2.857
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>77</b>	<b>3.107</b>

Fernando Guilherme de Francisco Negrão - Diretor de Rel. c/ Investidores - CPF nº 271.875.248-38

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

As Acionistas e Administradores da Hauscenter S.A. São Paulo - SP, Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Hauscenter S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, de maneira fiel e justa, a situação financeira da Hauscenter S.A. em 31 de dezembro de 2022, e os resultados das operações da Companhia, suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades em relação à integridade, objetividade e imparcialidade da auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** • Por meio da avaliação dos sistemas relevantes de informação utilizados pela Companhia. • Teste sobre as receitas de aluguel, por meio de amostragem, tendo como objetivo: (i) examinar os contratos de aluguel; (ii) examinar as respectivas liquidações financeiras por parte desses clientes; (iii) entender e testar os lançamentos manuais realizados em todas as contas contábeis de receita, quando relevantes; • Avaliação das premissas utilizadas pela Administração e se as políticas de reconhecimento de receita adotadas estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Baseamos nos procedimentos de auditoria apropriada e suficiente dos testes sobre as receitas de aluguel, bem como a avaliação dos sistemas utilizados pela Companhia e as premissas adotadas por ela e, desta forma, concluímos que o reconhecimento da receita realizado pela Companhia, oriundas da exploração do condomínio, através de recebimento de alugueis são apropriados para suportar julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo. **Debêntures:** Conforme Nota Explicativa nº 6, a Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial passivo, debêntures não conversíveis em ações, sem gozo de vencimento e com vencimento antecipado em caso de inadimplência do emissor em relação ao pagamento da remuneração as debêntures e/ou descumprimento das demais regras estatutárias. As debêntures emitidas pela Companhia são remuneradas pela variação do IGPM e, mensalmente, pela remuneração conforme o Resultado Operacional Disponível (ROD). **Resposta da auditoria sobre o assunto:** • Avaliação da totalidade das debêntures através do site “valor” e do site do agente fiduciário. • Recalculo da totalidade das debêntures conforme preços diários no mercado. • Confronto do preço unitário disponibilizado pelo agente fiduciário com o valor dos rendimentos registrados no resultado do exercício. Com base nas premissas adotadas pela Administração para o reconhecimento das debêntures e atualização dos montantes relativos à remuneração das debêntures, bem como a avaliação dos compromissos das regras estatutárias, concluímos como aceitáveis as estimativas adotadas pela Administração, bem como a sua divulgação no contexto das demonstrações contábeis. **Enfase:** Como mencionado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia possuía 8.990 debêntures em circulação em 31.12.2022, sem vencimento, resgatáveis somente em caso de inadimplência do emissor e/ou descumprimento das regras estatutárias, às quais são assegurados: (a) atualização monetária do principal pelo IGPM-FGV; e (b) participação no resultado operacional, conforme definido na referida nota explicativa. Ademais, os valores contábeis dos ativos da Companhia aproximam-se de seus valores de mercado, os quais se apresentam menor em R\$ 1.005.639 mil, se comparados ao total de suas obrigações. **Continuidade Operacional:** Chamamos a atenção com relação a continuidade normal das operações da Companhia que está vinculada ao sucesso da implantação e desenvolvimento do empreendimento. As debêntures vencer-se-ão nos casos de inadimplência das obrigações pela emissora e/ou descumprimento das regras estatutárias. A Companhia não possui ativos financeiros suficientes para fazer frente ao cumprimento das obrigações contratuais. Nessas condições, caso o resgate das debêntures seja necessário no futuro, a continuidade normal das operações estará vinculada à geração de recursos próprios e/ou à valorização dos investimentos em imóveis de renda e, eventualmente, à repactuação da remuneração das debêntures, adequando-a à capacidade de geração de recursos do empreendimento, fatores estes que poderão permitir a continuidade das operações da Companhia. **Outros aspectos:** • O balanço patrimonial da Companhia não apresenta ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que poderiam ser necessários em função da resolução destas questões. Os fatos estão relacionados na Nota Explicativa nº 6 e nossa opinião não se encontra ressalvada pelo assunto mencionado. **Termo de Penhora:** Chamamos a atenção em relação ao fato ocorrido em 03 de novembro de 2022, onde foi lavrado o termo de penhora, avaliação e depósito nos autos da ação anulatória de débito fiscal, onde a Companhia apresentou defesa judicial mediante a distribuição de ação anulatória de débito fiscal, em trâmite perante a 22ª. Vara Federal de São Paulo, autos processuais número 5025628-79/2021.4.03.6100, em face da União Federal, contra autuação fiscal no valor de R\$ 20.341.204,91 (vinte milhões, quatrocentos e setenta e sete mil e cinquenta e sete reais e sete mil e cinquenta e sete centavos), na qual se discute a dedutibilidade e o critério de remuneração das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico de perda possível, eventual agravamento desse risco resultará em necessária constituição de provisão, afetando a base para distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures. A Companhia manterá sua distribuição de rendimentos aos titulares das debêntures, nas bases do IRPJ e CSLL. Em que pese a avaliação de risco, fornecida pelos consultores jurídicos externos, indique o prognóstico